

LETRAMENTOS MÚLTIPLOS: UMA NOVA PERSPECTIVA SOBRE AS PRÁTICAS SOCIAIS DE LEITURA E DE ESCRITA

Josieli Almeida de Oliveira Leite¹

Laura Silveira Botelho²

RESUMO: Este artigo apresenta reflexões sobre as práticas sociais de leitura e de escrita e sobre a nova perspectiva que se tem dado a elas, letramentos múltiplos (STREET, 2007; ROJO, 2009; KLEIMAN, 1995). Tem como objetivo conceituar e ampliar os conhecimentos quanto aos letramentos múltiplos e a importância do seu conhecimento para os profissionais envolvidos com o processo educacional e com os processos de alfabetizar e de letrar. Evidencia, portanto, o impacto das transformações sociais contemporâneas nos conhecimentos da leitura e da escrita, enfatizando a importância da articulação entre a escola e as práticas sociais de leitura e de escrita, ou seja, com os letramentos múltiplos. Como metodologia, usamos a pesquisa explanatória de cunho bibliográfico e a pesquisa de campo com a aplicação de questionário com alunos de escolas públicas, particulares e de zona rural da cidade de Juiz de Fora, MG. Os resultados demonstraram que, urgentemente, a escola deve preocupar-se com a disponibilização de práticas cada vez mais diversificadas de letramento e também com o acesso aos espaços culturais como cinemas, teatros e museus.

PALAVRAS-CHAVE: Alfabetização. Letramento. Leitura. Escrita. Letramentos múltiplos.

MULTILITERACIES: A NEW PERSPECTIVE ON THE SOCIAL PRACTICES OF READING AND WRITING SKILLS

Abstract: This paper presents some reflections on the social practices of reading and writing and on the new emphasis which has been given to them, namely, multiliteracies (STREET, 2007; ROJO, 2009; KLEIMAN, 1995). The article is aimed at providing a concept and improving knowledge about multiliteracies and its importance for the professionals involved in the educational literacy process. It reflects, therefore, the impact of contemporary social changes on the knowledge of reading and writing skills, stressing the importance in linking the school and the social practices of reading and writing, i.e., in linking the school to multiliteracies. As for the methodology, explanatory research was carried out by means of a bibliographical survey as well as fieldwork through questionnaire application

¹ Graduada em Pedagogia na Faculdade Metodista Granbery e professora do Centro Educacional Casinha da Bia. E-mail: josielioliveira_jf@hotmail.com

² Mestra em Letras pela Universidade Federal de Juiz de Fora e professora de Língua Portuguesa da Faculdade Metodista Granbery. Pesquisadora do grupo FALE da Faced/UFJF. E-mail: lsbotelho@granbery.edu.br

among students from both public and private schools, as well as from rural schools in the area of Juiz de Fora-MG. The results have shown that the school must be concerned with the availability of more and more diversified literacy practices and also with the access to cultural environments such as cinemas, theatres and museums.

Key words: Literacy. Reading. Writing. Multiliteracies.

INTRODUÇÃO

As práticas sociais de leitura e de escrita estão presentes na vida cotidiana de praticamente toda a sociedade. Ler um livro para a escola; pegar o ônibus correto para casa ou para ir a um determinado lugar; orientar-se pelas placas quando está dirigindo; ler a bula de um remédio; fazer de conta que lê uma história, mesmo que ainda não seja alfabetizado; compor uma música com os amigos; ler o resumo das novelas na revista; fazer uma lista de compras etc. Todas essas atividades constituem formas de utilização social da leitura e da escrita, sendo assim práticas de letramento.

Percebemos como o conceito de letramento é bastante abrangente. E podemos afirmar que, devido às mudanças sociais ocorridas em nossa sociedade e as novas exigências sobre os conhecimentos da leitura e da escrita, esse termo vem sofrendo ressignificações. Assim, este estudo tem como objetivo explicitar esses novos significados, embasado, principalmente, nos trabalhos de Rojo (2009) e Street (2007), que enfatizam os letramentos múltiplos, pois, mediante a diversidade de práticas culturais e sociais de leitura e escrita que se fazem presentes na sociedade atual, mais do que letramento ou letramentos, o termo que abarca melhor essa complexidade é **letramentos múltiplos**.

À luz dos conceitos e teorias apresentados, analisamos as respostas do questionário aplicado a alunos de três diferentes realidades presentes em Juiz de Fora, MG: duas escolas centrais, sendo uma pública e outra privada e, também, numa escola de zona rural. Buscando verificar em quais práticas de letramento esses alunos, de diferentes realidades, estão envolvidos. Dessa forma, buscamos fazer uma reflexão quanto ao preparo dos educadores para o trato com os letramentos múltiplos na escola.

2 ESPECIFICIDADES DA ALFABETIZAÇÃO E DO LETRAMENTO

Com a crescente diminuição dos índices de analfabetismo no Brasil, há uma nova preocupação para os profissionais da educação: não basta simplesmente saber ler e escrever é preciso fazer uso eficiente da leitura e da escrita em quase todas as práticas sociais.

De acordo com Frade (2005), nos últimos anos vive-se um momento de grandes alterações nos conceitos dos processos que envolvem a leitura e a escrita: não basta apenas codificar e decodificar, fazer relações entre os sons e as letras. Para a autora, é preciso beneficiar-se da cultura escrita como um todo. Assim, entende-se que existem múltiplas possibilidades para utilização dessa cultura escrita.

No dizer de Soares (2001, p. 47), a alfabetização é definida como “ação de ensinar a ler e a escrever”, já o termo letramento é caracterizado como o “estado ou condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce práticas sociais que usam a escrita.”

Para Carvalho (2008), a alfabetização é caracterizada como ato de ensinar o código alfabético; e letrar, para a autora, é familiarizar o aprendiz com os diversos usos sociais da leitura e da escrita.

Percebe-se, então, que a alfabetização e o letramento são processos diferentes, mas relacionados entre si.

Soares (2003) afirma que a alfabetização e o letramento são processos indissociáveis, mas diferentes em termos de processos cognitivos. De acordo com a autora, aprende-se a técnica (codificar e decodificar), mas também, a utilizar tais saberes nas mais variadas práticas sociais. Assim, um não está antes do outro, pelo contrário, devem ocorrer de forma simultânea.

Como já presumido, o fenômeno letramento está diretamente relacionado com a alfabetização. Especialistas como Soares e Batista (2004) afirmam que, com o passar do tempo, o conceito de alfabetização foi progressivamente ampliado por causa das exigências sociais e políticas, chegando ao ponto em que ser alfabetizado, apenas, não basta; tornou-se necessário fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais em que a língua é necessária. Assim, com a ampliação progressiva da alfabetização, surgiu o termo letramento.

Contudo, cumpre verificar o que diz Soares (2003a), ressaltando que a alfabetização como parte constituinte da prática de leitura e escrita não pode ter sua especificidade desprezada, ou seja, não deve ficar diluída no processo de letramento. Assim, realizar um trabalho pedagógico que busque a formação de indivíduos letrados não significa descuidar do trabalho específico com a alfabetização.

De acordo com Frade (2005), a apropriação do sistema de escrita envolve vários aspectos e capacidades, como a compreensão das diferenças entre a escrita alfabética e outras formas gráficas, como o desenho. Envolve domínio das convenções gráficas, ou seja, saber que a escrita é feita de cima para baixo, da esquerda para a direita. Também envolve o reconhecimento das unidades fonológicas, do alfabeto e da correspondência entre som e letra.

Portanto, muitos são os aspectos que caracterizam a alfabetização como processo diferenciado e específico. Por isso, Soares (2003a) chama atenção sobre uma problemática: a perda da especificidade da alfabetização. Erroneamente os conceitos de letramento e alfabetização foram vistos como sinônimos, desprezando os aspectos específicos desta.

Conforme sustenta Soares (2003b), em meados dos anos 1980, ocorre a invenção do letramento no Brasil, e simultaneamente em outros países, como Portugal, França e Estados Unidos, isso, para denominar práticas mais avançadas e complexas do que as do ler e escrever consequentes da alfabetização. Dessa forma, gerou-se um grande número de artigos e livros voltados para esse tema e publicados a partir desse momento, nesses países. Além de se operacionalizar diversos programas de avaliação do nível de competências de leitura e escrita da população.

Assim, o termo letramento tornou-se foco de muitos estudos e discussões na área da educação. Hoje, esse fenômeno é tema de estudo em muitas bibliografias e também no meio acadêmico, destacando-se as obras de Magda Soares, “Letramento: um tema em três gêneros” (2001) e “Alfabetização e letramento” (2004), que contribuíram, primordialmente, para a ampliação desse estudo no Brasil.

Com a evolução social e com as inovações tecnológicas, são exigidas dos indivíduos novas formas de utilização da leitura e da escrita. E, para conceituar essas novas práticas, surgiu o termo letramento, como nos confirma Magda Soares:

Esse novo fenômeno só ganha visibilidade depois que é minimamente resolvido o problema do analfabetismo e que o desenvolvimento social, cultural, econômico e político traz novas, intensas e variadas práticas de leitura e de escrita, fazendo emergirem novas necessidades, além de novas alternativas de lazer. Aflorando o novo fenômeno, foi preciso dar um nome a ele: quando uma nova palavra surge na língua, é que um novo fenômeno surgiu e teve de ser nomeado. Por isso, e para nomear esse novo fenômeno, surgiu a palavra letramento (SOARES, 2001, p. 46).

O letramento, para a autora, apresenta duas principais dimensões: a individual e a social. A dimensão individual do letramento, segundo ela, é um atributo pessoal, referindo-se à posse individual de habilidades de leitura e escrita. Já na dimensão social, o letramento é

visto como fenômeno cultural, referindo-se ao conjunto de demandas e atividades sociais que envolvem e utilizam a língua escrita.

Assim, como fenômeno social, o letramento está presente na vida. As pessoas estão cercadas de informações escritas por onde quer que passem, seja nas ruas, em casa, nos mercados, na escola, nos ônibus e em muitos outros ambientes, e o letramento se faz necessário para a compreensão desse universo, além de possibilitar uma atuação com mais autonomia diante dele.

Então, com o surgimento de novos fenômenos sociais, novas palavras surgem para conceituá-los. Assim foi com a palavra letramento, ela surgiu para especificar uma nova exigência social do ato de ler e escrever, pois já não basta mais a simples decodificação e codificação das letras/palavras, é preciso uma ação muito mais complexa mediante o sistema de escrita.

Por ser um termo utilizado para conceituar uma nova demanda social de práticas de leitura e escrita, na maioria das vezes, é difícil formular uma definição exata e imutável de letramento. Soares (2001) aduz que é impossível formular um conceito único de letramento adequado a todas as pessoas, justamente por ser complexo, determinado pelo tempo histórico, pelo contexto social, cultural e político.

Para a mesma autora, haveria em português uma palavra mais apropriada para a conceituação desse novo fenômeno, a palavra alfabetismo (estado ou qualidade de alfabetizado), contudo vem-se utilizando com mais frequência o termo letramento em detrimento do termo alfabetismo.

Verificamos adiante a abordagem dada ao letramento pelos documentos oficiais: o PCN de Língua Portuguesa e o Pró-letramento.

3 LETRAMENTO: REFLEXÕES SOBRE O PCN DE LÍNGUA PORTUGUESA E PRÓ LETRAMENTO

É extremamente necessário que a escola trabalhe de forma satisfatória a apropriação da língua oral e escrita, pois é através desses saberes que os indivíduos podem se comunicar, ter acesso às informações que circulam numa sociedade grafocêntrica como a atual, ser críticos, defender seus pontos de vista, produzir saberes etc.

Sem direcionar uma discussão específica ao letramento, os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais) referentes à Língua Portuguesa do Ensino Fundamental (1997) abordam a importância de saber utilizar os conhecimentos de leitura e escrita nas práticas sociais. Segundo o documento, no final do ensino fundamental espera-se que o aluno tenha capacidade de, por meio do conhecimento da linguagem, resolver problemas cotidianos, ter acesso aos bens culturais e participação no mundo letrado. Observa-se a preocupação de que o educando seja capacitado para participação no mundo letrado, ou seja, para exercer as novas exigências de leitura e escrita da sociedade contemporânea.

Essas exigências sociais da atualidade levam a repensar o ensino da leitura e da escrita, pois a disponibilização desses conhecimentos é cada vez mais necessária para uma participação social efetiva, e os PCN de Língua Portuguesa confirmam essa questão e trazem uma importante ressalva:

[...] um projeto educativo comprometido com a democratização social e cultural atribui à escola a função e a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos (BRASIL, 1997, p. 21).

O documento destaca ainda que essa responsabilidade, de a escola garantir a todos os alunos acesso aos saberes linguísticos necessários à cidadania, inclui todos os indivíduos e com qualquer nível de letramento. Entende-se que, na sociedade moderna, independente de ser analfabeto, o indivíduo pode ter qualquer nível de letramento e que, de alguma forma, ele pode exercer práticas sociais de leitura e escrita.

Assim, a escola deve ser o principal agente de letramento e o professor tem um papel extremamente importante nessa função, devendo proporcionar o contato com diferentes tipos de textos (com diferentes gêneros discursivos), com diferentes práticas de leitura e escrita (da cultura privilegiada ou não). Para que, assim, os alunos não tenham dificuldades de realizar as práticas sociais de leitura e escrita (letramento). Nessa perspectiva, os PCN de Língua Portuguesa fazem uma consideração muito importante:

Ensinar a escrever textos torna-se uma tarefa muito difícil fora do convívio com textos verdadeiros, com leitores e escritores verdadeiros e com situações de comunicação que os tornem necessários. Fora da escola escrevem-se textos dirigidos a interlocutores de fato. Todo texto pertence a um determinado gênero, com uma forma própria, que se pode aprender. Quando entram na escola, os textos que circulam socialmente cumprem um papel modelizador, servindo como fonte de referência, repertório textual, suporte da atividade intertextual. A diversidade textual

que existe fora da escola pode e deve estar a serviço da expansão do conhecimento letrado do aluno (BRASIL, 1997, p. 28).

Dessa forma, é preciso que a leitura e a escrita na escola também tenham função social. A escola tem a função de proporcionar um ensino em que o aluno tenha a possibilidade de utilizar os conhecimentos adquiridos em suas práticas sociais. Para isso, é necessário romper com o tradicionalismo e com os precários métodos de ensino, assim como sustentam os PCN de Língua Portuguesa (1997). Durante muito tempo a escola tem ensinado a leitura e a escrita por meio das tradicionais cartilhas, que apresentam frases descontextualizadas, textos que não existem fora da escola, que não podem, até mesmo, ser considerados textos, por se tratarem apenas de frases agregadas, como por exemplo, a famosa historinha para alfabetizar, “Ivo viu a uva”. Frases totalmente descontextualizadas, mas muito utilizadas.

Assim, não se pode esperar a formação de indivíduos letrados, se o que a escola ensina está totalmente dissociado da realidade social do educando.

Traz-se a colocação dos PCN, ressaltando que “os objetivos de Língua Portuguesa salientam também a necessidade de os cidadãos desenvolverem sua capacidade de compreender textos orais e escritos, de assumir a palavra e produzir textos, em situações de participação social” (BRASIL, 1997, p. 37). Ou seja, objetivos voltados não apenas para alfabetizar, mas também para letrar, ampliando, assim, a competência discursiva do educando.

Observa-se, portanto, que os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa trazem excelentes contribuições para o educador e para o processo educacional em geral. Os objetivos e os apontamentos tão bem apresentados por esse documento, em relação à língua portuguesa, são de extrema importância para a formação de leitores competentes, escritores competentes, indivíduos letrados, reflexivos, enfim, cidadãos preparados para a participação social em diversas áreas e com perspectivas e mais chances para uma vida melhor.

Outro documento governamental também muito importante para o processo educacional, principalmente na perspectiva do letramento, é o “Pró-letramento – Mobilização pela Qualidade da Educação”, que caracteriza-se por um programa de formação continuada para professores das séries iniciais do Ensino Fundamental, para a melhoria da qualidade de aprendizagem da leitura/escrita e matemática.

O livro de Alfabetização e Linguagem apresentado pelo programa traz uma reflexão muito importante a respeito do ensino da língua, pois orienta os professores, tanto no

desenvolvimento de capacidades necessárias às práticas de leitura e escrita, como também quanto, à fala e à escuta compreensivas em situações públicas de uso da língua.

Em relação ao termo Letramento, o documento traz uma abordagem muito rica: desde seu surgimento, na segunda metade dos anos 1980, seu conceito e sua utilização, até a questão abordada pelas literaturas, de que haveria tipos de letramento ou letramentos. Pressupõe-se, assim, o reconhecimento dos estudos em relação à existência dos letramentos múltiplos, tema abordado por este trabalho.

Outra importante questão, e que também é colocada para reflexão no documento de Alfabetização e Linguagem do Pró-letramento, é a importância de se alfabetizar letrando. O que muitas vezes acontece é a preocupação de que a criança aproprie-se da leitura e da escrita, mas de forma equivocada e mal trabalhada, fazendo com que o ato de ler e escrever sejam realizados “mecanicamente” e totalmente desassociados das práticas sociais. Assim, é importante destacar que:

[...] entende-se alfabetização como o processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilita ao aluno ler e escrever com autonomia. Entende-se letramento como o processo de inserção e participação na cultura escrita. Trata-se de um processo que tem início quando a criança começa a conviver com as diferentes manifestações da escrita na sociedade (placas, rótulos, embalagens comerciais, revistas, etc.) e se prolonga por toda a vida, com a crescente possibilidade de participação nas práticas sociais que envolvem a língua escrita (leitura e redação de contratos, de livros científicos, de obras literárias, por exemplo). Esta proposta considera que alfabetização e letramento são processos diferentes, cada um com suas especificidades, mas complementares e inseparáveis, ambos indispensáveis (BRASIL, 2007, p. 13).

Percebe-se, então, a importância de um documento nessa perspectiva, pois orienta o educador em sua ação pedagógica, mostrando também que o trabalho deve ser de qualidade, necessitando seguir alguns princípios básicos, que são primordiais à formação de um cidadão alfabetizado e também letrado.

De acordo com esse pressuposto, verifica-se o papel importantíssimo que a escola e o educador possuem, pois desenvolver o letramento não é tarefa simples, mas exige trabalho e comprometimento de todos os envolvidos no processo educacional. O Pró-letramento (2007) destaca ainda alguns comportamentos do indivíduo leitor:

Inserir-se nas práticas sociais próprias à cultura escrita implica comportamentos, procedimentos e destrezas típicos de quem vive no mundo da leitura, tais como: movimentar-se numa biblioteca, freqüentar livrarias, estar atento aos escritos

urbanos e aos materiais escritos que circulam na escola. Implica também adquirir, quando se fizer necessário e quando aparecerem novos usos para a leitura na sociedade, outras formas de ler (BRASIL, 2007, p. 41).

A expressão “outras formas de ler” citada pelo documento refere-se, por exemplo, ao uso do computador, que trouxe novas formas de comunicação, como enviar emails, bate-papos nos chats, pesquisas na internet, sites de relacionamento. Há também o uso dos celulares, cada vez mais modernos, que tiram fotos, filmam, possuem acesso à internet, enviam e recebem torpedos etc.

Assim, são novas formas de comunicação que vão surgindo com a sociedade moderna e que não podem ser desassociadas da escola, já que fazem parte das práticas sociais dos indivíduos. Se a escola deseja formar indivíduos letrados, capacitados para fazer uso com autonomia das diversas práticas de leitura e de escrita, ou melhor, dos múltiplos letramentos, deve considerar, também, esses fatores sociais.

Entende-se que, devido à variedade das práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, a noção de letramento (no singular) ou até de letramentos (no plural) não dá conta de abarcar essa complexidade. Por isso, conforme postulado por Rojo (2009) e embasado em Street (2007), apresenta-se a seguir o conceito de letramentos múltiplos.

4 LETRAMENTOS MÚLTIPLOS

A discussão acerca dos letramentos múltiplos embasa-se em Rojo (2009) e Street (2007), buscando conceituar e apresentar as especificidades desse novo fenômeno das práticas sociais de leitura e escrita.

O “significado do letramento” varia através dos tempos e das culturas e dentro de uma mesma cultura. Por isso, práticas tão diferentes, em contextos tão diferenciados, são vistas como letramento, embora diferentemente valorizadas e designando a seus participantes poderes também diversos (ROJO, 2009, p. 99).

Como foi especificado, a alfabetização e o letramento não são processos sequenciais, ou seja, a alfabetização não é condição para o letramento, tampouco o letramento, condição para a alfabetização. O grande desafio e objetivo dessa reflexão é conciliar esses dois processos, logo, é importante assegurar a apropriação do sistema alfabético/ortográfico, bem como dar condições para a sua utilização nas práticas sociais.

Assim, se um não é condição para o outro, pode-se dizer que uma pessoa pode ser alfabetizada e não ser letrada, assim como ser letrada e não ser alfabetizada. Rojo (2009, p. 98) ressalta que “é possível ser não escolarizado e analfabeto, mas participar, sobretudo nas grandes cidades, de práticas de letramento, sendo, assim, letrado de uma certa maneira”. Entende-se, então, que existem níveis de letramento. Ainda de acordo com Rojo (2009, p. 98), “as práticas sociais de letramento que exercemos nos diferentes contextos de nossas vidas vão constituindo nossos níveis de alfabetismo.”

Conforme visto, para Soares (2001) o termo em português mais apropriado para a definição do fenômeno letramento, seria alfabetismo, que é o estado ou qualidade de alfabetizado. Mas, de acordo com Rojo (2009), é importante fazer a distinção desses termos:

[...] o termo *alfabetismo* tem um foco individual, bastante ditado pelas capacidades e competências (cognitivas e linguísticas) escolares e valorizadas de leitura e escrita (letramentos escolares e acadêmicos), numa perspectiva psicológica, enquanto o termo *letramento* busca recobrir os usos e práticas sociais de linguagem que envolvem a escrita de uma ou de outra maneira, sejam eles valorizados, locais ou globais, recobrando contextos sociais diversos (família, igreja, trabalho, mídias, escola etc.), numa perspectiva sociológica, antropológica e sociocultural. (ROJO, 2009, p. 98).

Ainda contemplando Rojo (2009), essa diferenciação ficou mais clara pelos novos estudos do letramento realizados por Brian Street. De acordo com o autor (1993, *apud* Rojo, 2009, p. 99), o letramento pode ser dividido em dois enfoques O **enfoque autônomo** vê o letramento “em termos técnicos, tratando-o como independente do contexto social, uma variável autônoma, cujas consequências para a sociedade e a cognição são derivadas de sua natureza intrínseca”. Já o **enfoque ideológico**, para ele, “vê as práticas de letramento como indissolavelmente ligadas às estruturas culturais e de poder da sociedade e reconhece a variedade de práticas culturais associadas à leitura e à escrita em diferentes contextos”.

Assim, o enfoque autônomo pressupõe que o próprio contato com a escrita, naturalmente, faria com que o indivíduo se apropriasse de níveis, cada vez maiores, de letramento. Já o enfoque ideológico reconhece a indissociabilidade entre letramento e as estruturas sociais, além de compreender sua ligação com práticas de leitura e escrita nos mais variados contextos sociais nos quais elas podem se apresentar. Pode-se dizer, então, que tal enfoque reconhece os letramentos múltiplos.

Segundo Street (2007), o modelo ideológico reconhece a multiplicidade do letramento e está ligado a contextos culturais específicos.

Portanto, na perspectiva ideológica de Street (1993, apud Rojo, 2009) e Street (2007), entende-se que os letramentos múltiplos não só devem ser levados em conta, mas também necessitam ser trabalhados na escola, tanto os valorizados como também os não valorizados, assim como os locais e os globais.

O trabalho de Rojo (2009) é muito importante para o entendimento dos letramentos múltiplos. A autora os define como as mais variadas formas de utilização da leitura e da escrita, tanto da cultura escolar e da dominante, como também das diferentes culturas locais e populares com as quais alunos e professores estão envolvidos, assim como os produtos da cultura de massa.

O que acontece na maioria das vezes é que a escola não valoriza as práticas de letramento vivenciadas fora dela. O que se ensina torna-se totalmente descontextualizado da realidade do educando, gerando, assim, a desmotivação pelo aprendizado e, até mesmo, a evasão. O educando não encontra na escola algo que faça sentido para sua vida, algo que possa utilizar nas suas práticas sociais.

O conhecimento de mundo trazido pelo aluno é, muitas vezes, desvalorizado. Suas práticas de letramento, também. Quando na verdade, é primordial que a escola conheça essa bagagem cultural trazida pelo educando para que saiba melhor o que trabalhar com ele, o que desenvolver, que práticas de letramento trabalhar, quais as estratégias que podem facilitar o aprendizado e torná-lo mais prazeroso e contextualizado com suas vivências etc.

Para Kleiman (1995), a escola, a mais importante agência de letramento, preocupa-se com apenas uma prática de letramento, a alfabetização, e não com o letramento, prática social. Ela afirma que outras agências de letramento, como a família, a igreja, a rua, indicam orientações de letramento muito dessemelhantes.

Então, a alfabetização tem sido o conhecimento privilegiado pela escola. Não que tal conhecimento não seja importante, pelo contrário, ela é extremamente necessária, até mesmo para que o indivíduo possa participar com autonomia de todas as atividades que envolvem a leitura e escrita e, como já abordamos, a alfabetização possui suas especificidades e não pode ser desprezada. Mas faz-se necessária uma revisão dos tipos de letramento que estão sendo valorizados e privilegiados, bem como uma ênfase na heterogeneidade, tão presente na sociedade atual.

No livro de Roxane Rojo, “Letramentos Múltiplos, escola e inclusão social” (2009), a autora aborda a questão do *internetês* ou *bloguês*, como um exemplo de letramento

marginalizado e que a escola vem desprezando. Rojo (2009, p. 103) relata que “é comum vermos professores e a mídia reclamando da migração dessa linguagem social da mídia digital para outras esferas de comunicação, como um ataque à língua portuguesa” e que essa linguagem é considerada para muitos como uma linguagem pobre de regras gramaticais. A autora refuta tal informação, “como se isso pudesse existir”. Rojo (2009, p. 103) esclarece que “o internetês é uma linguagem social adaptada à rapidez de escrita dos gêneros digitais em que circula”, por essa razão não pode ser desprezada pela escola. Ou seja, é uma forma de utilização da leitura e escrita, adaptada para facilitar a comunicação nesse contexto de prática social. É para diferentes formas de utilização da leitura e da escrita, como, por exemplo, o internetês, que a escola deve capacitar seus educandos.

A prática social de leitura e escrita (portanto, prática de letramento) realizada pela internet já faz parte da realidade social de boa parte da sociedade atual, até mesmo os mais carentes acessam a internet através de *lan house*, ou seja, essa prática, que faz parte dos múltiplos letramentos e que é vivenciada por boa parte dos alunos, não pode ser simplesmente descartada e desvalorizada pela escola, a principal agência oficial de letramento. Rojo (2009) traz uma importante observação para reflexão nesse sentido:

Podemos dizer que, por efeito da globalização, o mundo mudou muito nas duas últimas décadas. Em termos de exigências de novos letramentos, é especialmente importante destacar as mudanças relativas aos meios de comunicação e à circulação da informação (ROJO, 2009, p. 105).

Assim, como confirma Rojo (2009), com o advento da globalização a sociedade mudou muito, novas formas de comunicação estão cada vez mais presentes e, conseqüentemente, novas práticas de letramento (letramentos múltiplos) são cada vez mais exigidas.

Portanto, a escola não pode deixar de trabalhar, desenvolver e valorizar essas novas práticas de letramento, já que fazem parte do universo dos alunos. Somente assim, a escola poderá preparar melhor o educando para se portar com mais autonomia diante da sociedade atual e diante dos novos conhecimentos que lhe são exigidos.

Freire (2000, p. 11-12) já chamava a atenção sobre a importância da valorização do “mundo” do educando e a relação que ele deve ter com o processo educacional, pois para ele “a leitura do mundo precede a leitura da palavra”. Ele afirma que “linguagem e realidade se prendem dinamicamente”, pois as relações de sentido não estão localizadas apenas no texto, elas emergem da relação entre texto, contexto e conhecimento do mundo do educando.

Cabe à escola, então, proporcionar essa “convivência” na sala de aula: práticas sociais e processo educacional, de forma que possa servir como estratégia para a melhoria do aprendizado, fazendo com que o conhecimento tenha sentido para o aluno.

Assim, devido à heterogeneidade das práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade atual, entendemos que, ao invés de letramento, teríamos letramentos, ou melhor, letramentos múltiplos, ou seja, as mais variadas práticas existentes de leitura e de escrita que circulam na sociedade, sejam escolares ou não escolares, sejam locais ou globais, valorizadas ou não valorizadas.

Compreendemos, portanto, que o conceito de letramentos múltiplos abarca uma infinidade de práticas sociais que envolvem a leitura e a escrita, por isso, ainda é necessário especificá-lo melhor.

De acordo com Rojo (2009, p. 107), um dos principais objetivos da escola é “possibilitar que seus alunos possam participar das várias práticas sociais que se utilizam da leitura e da escrita (letramentos) na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática”. Para que isso seja possível, a autora afirma que a educação linguística não pode deixar de trabalhar com os letramentos múltiplos, com os letramentos multissemióticos e com os letramentos críticos e protagonistas.

Para Rojo (2009, p. 107), o trabalho com os **letramentos múltiplos** significa deixar de “ignorar ou apagar os letramentos das culturas locais de seus agentes (professores, alunos, comunidade escolar) e colocando-os em contato com os letramentos valorizados, universais e institucionais”. Assim, a variedade de práticas de leitura e de escrita que circulam na sociedade, e que são exercidas por todos os agentes que compõe a sociedade e a escola, necessitam interligar-se, articular-se.

Os **letramentos multissemióticos**, para Rojo (2009, p. 107), também são importantes, pois são “exigidos pelos textos contemporâneos, ampliando a noção de letramentos para o campo da imagem, da música, das outras semioses que não somente a escrita”. São os diversos gêneros textuais, com as mais variadas linguagens que circulam na sociedade globalizada.

Já os **letramentos críticos**, de acordo com Rojo (2009, p. 108), são “requeridos para o trato ético dos discursos em uma sociedade saturada de textos e que não pode lidar com eles de maneira instantânea, amorfa e alienada”. Esses são essenciais, pois possibilitam uma postura crítica diante das tantas informações que se tem acesso.

Assim, para a linguista (2009), as várias exigências que a sociedade contemporânea tem apresentado à escola causaram uma mudança enorme nas práticas e textos que nela devem circular e ser trabalhados. Para a autora, será preciso expandir e democratizar tanto as práticas e eventos de letramentos que ocorrem na escola como o universo e a natureza dos textos que nela circulam.

Como se percebe, o trabalho com os letramentos múltiplos na escola será primordial para a capacitação do educando, no que diz respeito às novas exigências sociais de leitura e escrita. Portanto, faz-se necessário conhecer um pouco mais sobre esse novo conceito, que, como nos confirma Rojo (2009), é muito complexo:

O conceito de letramentos múltiplos é ainda um conceito complexo e muitas vezes ambíguo, pois envolve, além da questão da multissensibilidade ou multimodalidade das mídias digitais que lhe deu origem, pelo menos duas facetas: a multiplicidade de práticas de letramento que circulam em diferentes esferas da sociedade e a multiculturalidade, isto é, o fato de que diferentes culturas locais vivem essas práticas de maneira diferente (ROJO, 2009, p. 108-109).

Logo, várias são as possibilidades e maneiras de realização de determinadas práticas de letramentos e podem variar de acordo com tempo, com o espaço, com a cultura etc. Assim, uma mesma prática de letramento pode variar dependendo de como, onde, e de quem a está realizando. Por exemplo, a leitura de um jornal, que para um determinado sujeito pode servir como uma maneira de se informar sobre os acontecimentos da sociedade, sobre política, cultura etc.; para outro, pode ser apenas para folhear e chegar à página que anuncia as vagas de emprego, cuja leitura é realizada ainda com muita dificuldade. Então, são as mesmas práticas de letramento, mas que se apresentam de maneiras e com objetivos diferentes.

Prossigamos, então, para o entendimento desse conceito tão complexo. De acordo com Rojo (2009), os letramentos múltiplos também podem ser entendidos na perspectiva multicultural, ou multiletramentos, ou seja, as diferentes culturas, nas diversas esferas (escolar, jornalística, artística, política, publicitária, cotidiana, científica), terão práticas e textos em gêneros das mesmas esferas, mas diferenciados.

Assim, a definição de letramentos múltiplos não é simples, principalmente, por se tratar de um fenômeno novo, que passou a ser usado devido às novas e complexas exigências quanto às práticas de leitura e de escrita na sociedade atual.

Para Rojo (2009) o conceito de letramentos múltiplos é ainda complexo e ambíguo, pois, de acordo com ela, esse fenômeno envolve a multiplicidade de práticas de letramento

que ocorrem nas mais variadas esferas da sociedade e, também, a multiculturalidade, ou seja, diferentes culturas vivem as mesmas práticas de letramento, mas de maneiras diferentes.

Mas, pelos estudos realizados, e, principalmente, com base ainda na obra da autora acima citada, pode-se dizer que letramentos múltiplos abarcam as diversas práticas de leitura e escrita existentes na sociedade, sejam elas realizadas dentro ou fora da escola, sejam locais ou globais, valorizadas ou não valorizadas. Contempla, também, as novas formas de utilização da leitura e da escrita exigidas pela sociedade contemporânea e, principalmente, as múltiplas linguagens que hoje integram os textos.

Portanto, é um conceito muito amplo para se definir, justamente por abranger práticas tão diferenciadas e diversificadas de leitura e de escrita. Logo, não pretendemos estipular uma definição única ou imutável de letramentos múltiplos, mas sim proporcionar um melhor entendimento desse fenômeno para embasar as práticas pedagógicas que entendem a necessidade de se trabalhar com os letramentos múltiplos, quando se deparam com as diversas exigências da sociedade atual.

4.1 PRÁTICAS DE LEITURA E ESCRITA EM TRÊS REALIDADES

Apresentamos agora a análise qualitativa dos questionários aplicados em crianças de duas escolas públicas de Juiz de Fora, sendo uma localizada no centro e outra na zona rural, em Igrejinha, e também, numa escola privada de nosso município. O objetivo do questionário foi verificar as práticas de letramento nas quais as crianças e suas famílias, nessas três realidades diferentes, estão envolvidas. Também buscou-se investigar se existem disparidades entre tais realidades. Foram selecionados cinco alunos do quinto ano em cada escola.

O questionário foi desenvolvido por Vóvio (2007 *apud* Rojo 2009) para sua tese de doutorado, buscando a elaboração de indicadores de letramento. Ele contempla as diferentes práticas de letramento que se fazem presentes na sociedade atual. Contudo, acrescentamos as práticas de oralidade, pois não eram abordadas pelo questionário mas, igualmente, influenciam nas práticas de leitura e de escrita.

A primeira questão abordava atividades que contemplam leitura, escrita e oralidade. Os alunos deveriam assinalar quais, das atividades especificadas, eles ou seus pais fazem. Observamos que não existem grandes disparidades entre as práticas realizadas nas três realidades. Basicamente, eles realizam atividades necessárias ao cotidiano, como por

exemplo, deixar bilhetes com recados para alguém da casa, comparar preços de produtos antes de comprar, pagar contas em bancos ou em casas lotéricas, ler bulas de remédio, ler correspondência impressa que chega em sua casa etc., ou seja, realizam práticas de letramento.

Dentre as práticas de letramento escolar, também contempladas pela primeira questão, como leitura de livros literários ou científicos, escrever histórias, poesias ou letras de músicas, constatamos que essas atividades são realizadas, principalmente, devido ao incentivo da escola. Daí a importância de que esta realize um bom trabalho no que diz respeito ao gosto pela leitura e pela escrita e ao desenvolvimento dessas práticas.

Assim, identificamos, com essa questão, que a maioria dos alunos gostam de ler e, de alguma forma, estão envolvidos em práticas sociais que fazem o uso da leitura e da escrita.

A segunda questão solicitou que fossem assinalados os materiais impressos que havia em suas casas. Novamente não houve dessemelhanças quanto aos assinalados pelos diferentes alunos. Dentre os mais presentes, estão álbuns de fotografia, bíblia ou livros religiosos, dicionário, jornais, revistas, livros didáticos ou apostilas escolares, livros infantis, livros de literatura, revistinha em quadrinhos e manuais de instrução.

Os resultados mostraram que os alunos possuem contato com diferentes tipos de materiais impressos e que estes, atualmente, estão muito mais acessíveis. Além disso, é importante destacar que a escola deve utilizar uma variedade de tais materiais, já que fazem parte do contexto social do educando. Uma utilização adequada auxilia no desenvolvimento da alfabetização, assim como do letramento, por isso, deve ser feita de forma variada, democrática e não só elitizada.

Nessa reflexão. Abreu (2003, *apud* Rojo, 2009) apresenta considerações importantes:

Pensa-se que o bom leitor é um devorador ávido de alta literatura, é alguém que transita com facilidade pela produção intelectual de ponta, que tem os livros como elemento fundamental de sua concepção de mundo. Quem partilha dessa imagem de leitor não se animará com casas cheias de cartilhas e livros didáticos, com multidões de leitores de Bíblia na mão (ABREU, 2003 *apud* ROJO, 2009, p. 50).

Portanto, cabe à escola superar a visão elitizada do conhecimento, proporcionando a valorização das mais variadas práticas de letramento que nossa sociedade tem o privilégio de possuir, essa ação só pode contribuir para o saber nunca “empobrecê-lo”.

A terceira questão abordava as práticas realizadas no computador. Nesse item, observou-se maior diferença entre as realidades. Pelos relatos dos alunos da escola rural,

raramente eles têm contato com o computador, apenas um dos cinco entrevistados possui computador em casa; os outros já utilizaram o mecanismo, mas na casa de outra pessoa, para fazer um trabalho escolar ou jogar. Contudo, não é uma prática constante e a escola ainda não disponibiliza essa ferramenta.

Constatamos, então, uma carência ainda muito grande quanto ao preparo dos alunos da escola rural para o trato com os letramentos múltiplos, ou, mais especificamente, com os letramentos multissemióticos, que envolvem a utilização das mídias digitais, tão presentes na sociedade contemporânea, conforme especificado por Rojo (2009).

Quanto aos alunos da escola pública pesquisada, ainda na mesma questão, realizam mais atividades no computador. As mais assinaladas foram trabalhos escolares, consultar e pesquisar, escrever e enviar emails, jogar e desenhar, navegar por diversos sites e copiar músicas em CD ou arquivo eletrônico. Evidenciando que, mais do que os alunos da escola rural, possuem melhor acesso aos meios eletrônicos. Dos cinco que responderam ao questionário, quatro possuíam computador em casa.

Já na escola privada, a utilização do computador mostrou-se mais frequente e com mais atividades realizadas, principalmente, pelo fator socioeconômico. Todos os alunos pesquisados possuem computador em casa e, além de realizar trabalhos escolares, consultar e pesquisar, escrever e enviar emails, jogar e desenhar, navegar por diversos sites e copiar músicas em CD ou arquivo eletrônico, também assinalaram comprar pela internet, elaborar planilhas ou bancos de dados, entrar em *sites* de bate-papo e discussão e montar páginas ou programas de computador, evidenciando um melhor preparo para lidar com os letramentos múltiplos e com os multissemióticos, mais do que os alunos das escolas públicas.

Portanto, à escola pública ainda é necessário preocupar-se com o acesso às mídias digitais, conforme defendido por Rojo (2009), buscando suprir as necessidades sociais de seus educandos quanto a esses conhecimentos.

A última questão abordava práticas culturais, como ir ao cinema, teatro, shows de música ou dança, museus ou exposições de arte e também atividades como ouvir programas de rádio, assistir televisão e até jogar vídeo game. Os alunos deveriam assinalar com que frequência eles ou seus pais realizavam tais atividades (frequentemente, às vezes, raramente, nunca).

Na escola pública e na escola rural, as respostas foram semelhantes. Os educandos assinalaram como práticas raras ir ao teatro e a museus ou exposições de arte. Nunca foram a

shows de música ou dança e às vezes ouvem noticiário no rádio. Já assistir a vídeos e DVD em casa, noticiários, filmes e outros programas na TV e jogar vídeo game são práticas frequentes.

Já na escola privada a ida ao cinema é prática que acontece às vezes. E, assim como nas escolas anteriores, ir ao teatro, museus ou exposições de arte, shows de música ou dança, também são atividades raras. Quanto às outras práticas abordadas, são igualmente constantes.

Percebe-se que, nas três realidades, é preciso que a escola preocupe-se com a disponibilização de acesso aos espaços culturais como cinemas, teatros e museus, pois são essenciais para o contato com as diversas formas de linguagem que circulam na sociedade. Na fala de Rojo (2009, p. 52), “assim como foi capaz de popularizar os impressos, urge que a escola se preocupe com o acesso a outros espaços valorizados de cultura (museus, bibliotecas, teatros, espetáculos)”.

Cabe, assim, uma reflexão quanto à formação dos professores. Como poderiam preocupar-se com essas experiências culturais se elas não fazem parte de seu cotidiano? Se não entendem ou não as consideram necessárias na sociedade contemporânea?

Logo, para proporcionar tais conhecimentos, é preciso participar deles e compreender o quão necessário eles são para as práticas sociais.

Essa percepção só é possível se o educador entende que é preciso aperfeiçoar-se sempre e que a educação deve acompanhar a evolução da sociedade. Somente uma formação continuada dos profissionais envolvidos nesse sistema poderia contribuir para essa conscientização.

Portanto, faz-se necessária a escolha de práticas que possibilitem ao aluno, conforme citado por Rojo (2009), o contato com os letramentos multissemióticos, multiculturais e críticos. Essa seleção cabe à escola e aos professores. E não é tarefa fácil, contudo necessária. É preciso verificar quais conhecimentos trabalhar, que tipos de letramentos desenvolver, como afirma Rojo de forma muito pertinente:

Essas escolhas nunca são neutras, nem impunes, pois o tempo escolar que tomo com um objeto de ensino não será dedicado a outro: cada escolha presentifica um dentre muitos outros perdidos. Mas nada em educação nunca é neutro e nossa tarefa é justamente a de fazer escolhas e encaminhamentos conscientes (ROJO, 2009, p. 121).

Assim, como educadores e educadoras, necessitamos realizar conscientemente essas escolhas, de forma que o educando seja privilegiado, que sejam possibilitados a ele os

conhecimentos essenciais para a participação, com autonomia, nas mais variadas práticas sociais.

Por isso o educador é político, nunca neutro. Realizar essas escolhas de forma consciente, visando à democratização do ensino, significa proporcionar um rompimento com o elitismo e com a forma equivocada com que a educação tem sido organizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo das reflexões realizadas através desta pesquisa, percebemos como os processos de alfabetização e letramento estão interligados e, sobretudo, que cada um deles possui suas especificidades e características, que devem ser de conhecimento do educador, para que possa trabalhá-los de forma competente.

Constatamos que, devido às novas e diversas exigências da sociedade contemporânea no que diz respeito às utilizações dos conhecimentos da leitura e da escrita, o conceito de letramentos múltiplos, mais do que letramento ou letramentos, contempla melhor toda essa diversidade.

Portanto, os letramentos múltiplos abarcam as mais variadas práticas de leitura e de escrita que se fazem presentes na sociedade, sobretudo, as múltiplas linguagens que hoje integram os textos a que temos acesso. Além disso, ao professor, é importantíssimo o conhecimento de tal temática, já que, na sociedade atual, são exigidos dos indivíduos os mais variados conhecimentos quanto ao uso da leitura e da escrita nas práticas sociais, cabendo ao educador preparar seus alunos para o trato com essa diversidade, ou seja, com os letramentos múltiplos, proporcionando, mesmo na sala de aula, o contato com as diferentes linguagens integrantes dos textos atuais.

A aplicação dos questionários nos mostra que o alcance do ideal citado acima ainda está distante da realidade escolar e que são muitas as mudanças necessárias, principalmente no que diz respeito aos tipos de conhecimentos e práticas sociais de leitura e de escrita privilegiados e trabalhados pela escola, bem como ao acesso a ambientes culturais diversificados.

Sendo a escola a principal agência de letramento, é preciso que ela realize um trabalho que proporcione a articulação da alfabetização com os letramentos múltiplos, de forma que o

educando possa ser alfabetizado e também letrado, superando a distância entre a escola e as práticas sociais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto/Secretaria de Educação do Ensino Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa**, vol. 2. Brasília, 1997.
- _____. Universidade Federal de Minas Gerais. **Pró-letramento: alfabetização e linguagem**. Brasília, 2007.
- CARVALHO, Marlene. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.
- FRADE, Isabel Cristina Alves da Silva. **Métodos e didáticas de alfabetização: história, características e modos de fazer de professores**. Belo Horizonte: Centro de alfabetização, Leitura e Escrita. Faculdade de Educação. UFMG, 2005.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se complementam**. 15 ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- LEITE, Josieli Almeida de Oliveira. **Letramentos múltiplos: reflexões sobre práticas sociais de leitura e de escrita**. Juiz de Fora: FMG, 2010.
- KLEIMAN, Angela B. (org). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 1995. Coleção Letramento, Educação e Sociedade.
- ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. A reinvenção da alfabetização. **Presença Pedagógica**, Belo Horizonte: Dimensão. V. 9, n. 52, p. 15-21, jul./ago. 2003a.
- _____. **Letramento: um tema em três gêneros**. 2.ed. Belo Horizonte: Autentica, 2001.
- _____. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**. N. 25, p. 5-17, jan/fev/mar/abr. 2003b. Retirado de http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE25/RBDE25_03_MAGDA_SOARES.pdf, acesso em 02/08/2010.
- SOARES, M. B.; BATISTA, A. A. G. **Alfabetização e Letramento**. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Educação. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2004.

STREET, Brian. Perspectivas interculturais sobre o letramento. **Revista de Filologia e Linguística Portuguesa da Universidade de São Paulo**. n. 8, p. 465-488, 2007.